

SUPREMA CORTE AMERICANA: ESTADO DA ARTE

United States Supreme Court: state of the art

FÁBIO FERRAZ DE ALMEIDA

Assistente de Pesquisa do projeto “O Supremo por seus Ministros: a História Oral do STF nos 25 anos de Constituição (1988 -2013)”. Mestrando em Teoria do Estado e Direito Constitucional na PUC-Rio. Bacharel em Direito pela UFJF.
E-mail: fabinferraz@yahoo.com.br

ALEXANDRE NEVES DA SILVA JÚNIOR

Bolsista de Iniciação Científica do projeto “O Supremo por seus Ministros: a História Oral do STF nos 25 anos de Constituição (1988-2013)”. Graduando em Direito na FGV Direito Rio. E-mail: a.neves@fgvmail.br

RECEBIDO EM: 21.08.2012

APROVADO EM: 15.12.12

RESUMO

Parte do projeto de pesquisa “O Supremo por seus Ministros: a História Oral do STF nos 25 anos de Constituição (1988-2013)”, este trabalho é um esforço de se produzir um “estado da arte” das investigações, no campo das ciências sociais, a respeito da Suprema Corte Americana, procurando identificar que tipo de trabalho vem sendo desenvolvido e quem são os autores que se debruçam sobre este objeto de pesquisa. Ademais, enquanto passo preliminar, é importante construir um levantamento bibliográfico sobre os estudos comparativos entre a Suprema Corte Americana e o Supremo Tribunal Federal.

PALAVRAS-CHAVE: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SUPREMA CORTE AMERICANA. ESTADO DA ARTE

ABSTRACT

This study is part of the research project “The Supremo Tribunal Federal by their judges: an Oral History of STF in the 25 years of the Constitution (1988-2013). It is an effort to produce a “state of art” of social sciences’ research about United States Supreme Court, and to identify what kind of research is being developed. Futhermore, it is important to construct a literature review about comparative studies between United States Supreme Court and Supremo Tribunal Federal.

KEYWORDS: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. UNITED STATES SUPREME COURT. STATE OF ART.

SUMÁRIO: Interodução. 1. Comparação STF/USSC. 2. USSC: revisão de literatura. 3. Estado da arte. Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte do projeto de pesquisa “O Supremo por seus Ministros: a História Oral do STF nos 25 anos de Constituição (1988-2013)”⁴⁶³, realizado através de uma parceria entre a FGV Direito Rio, Direito GV e CPDOC, e que pretende reconstruir e reinterpretar a história recente do STF por meio de entrevistas com os ministros que a integraram nestes últimos 25 anos, permitindo a construção de uma narrativa social e política da instituição, com recurso ao método-fonte-técnica da história oral. Através destas narrativas individuais, podemos construir uma biografia institucional do STF.

Tratando-se de STF, fica claro que há duas perspectivas em questão: a do indivíduo e a da instituição. Sendo assim, é interessante que a pesquisa estabeleça conexões entre a trajetória profissional de cada ministro e ex-ministro, e a corte. Investigar como estas trajetórias profissionais os levou ao cargo e, posteriormente, como isto influenciou o exercício de cada um na corte configuram-se objetivos essenciais do projeto.

⁴⁶³ A coordenação geral do projeto será exercida pelo Min. Nelson Jobim, e a coordenação institucional pelo prof. Fernando de Castro Fontainha.

Além disso, uma vantagem importante do método-técnica-fonte da história oral é constituir uma base de dados de livre acesso a qualquer pesquisador. Assim, o conteúdo de todas as entrevistas realizadas poderá ser consultado e utilizado livremente, contribuindo de maneira considerável para a produção acadêmica a respeito do STF e de seus ministros.

Enquanto uma das etapas iniciais do projeto mencionado, este trabalho está fundamentalmente interessado em apresentar um levantamento bibliográfico inicial do que é produzido a respeito da *United States Supreme Court* (USSC). Compreender como os americanos procuram estudar e analisar sua instituição judiciária de mais alta hierarquia nos parece um passo essencial para começarmos a traçar caminhos próprios de pesquisa, de modo a construir uma justificativa para nosso trabalho.

Segundo Da Ros (2010), comparar a realidade política brasileira com a americana tem sido uma das maneiras mais empregadas para compreender-se a primeira. Nessa perspectiva, destacam-se os trabalhos de diferentes cientistas sociais, como Oliveira Vianna (1987), Caio Prado Júnior (1994) e José Murilo de Carvalho (1980).

O passo preliminar é, portanto, examinar os estudos que por ventura tenham procurado estabelecer algum tipo de comparação entre Brasil e EUA a partir de suas respectivas cortes supremas, o STF e a *USSC*.

O passo seguinte é iniciar um trabalho de levantamento das obras que vêm sendo produzidas a respeito da *USSC* nos EUA. Que tipo de trabalho vem sendo desenvolvido e quem são os autores que se debruçam sobre este objeto de pesquisa.

Responder a essas perguntas nos parece essencial para a elaboração de um programa de pesquisa minimamente exequível. Assim, o que esse texto propõe é considerarmos não apenas o que já se produziu, mas também, como se produziu.

1. COMPARAÇÃO STF/USSC

Ao longo da pesquisa, temos enfrentado alguns obstáculos práticos. O primeiro deles é a escassez de trabalhos comparativos entre as supremas cortes de ambos os países. Mesmo acessando todas as bases de dados indexadas no portal periódico CAPES⁴⁶⁴, foram encontrados apenas dois artigos tratando dessa comparação, ambos escritos pelo mesmo autor brasileiro, doutorando nos EUA.

⁴⁶⁴ Além dos periódicos indexados pelo portal CAPES, fizemos uma busca no site da Biblioteca do Congresso Americano (<http://www.loc.gov>), onde também não encontramos quaisquer referências a trabalhos que comparem esses dois tribunais.

Nesses trabalhos, Da Ros (2010 e 2012) compara o perfil político dos juízes de ambas as instituições, examinando as biografias de todos aqueles nomeados até 2008. Por meio do exame de dados referentes ao *background* acadêmico, à circulação geográfica e às diferentes experiências profissionais, o autor busca identificar os tipos de indivíduos recomendados para ingressar nos postos mais altos do Judiciário dos dois países. Essa análise expõe, segundo ele, as diferenças e semelhanças quanto aos padrões de profissionalização dos integrantes dos órgãos de cúpula do Judiciário de ambos os países, permitindo a discussão sobre os fundamentos políticos desse fenômeno no campo jurídico.

Ainda sobre a perspectiva comparada, é interessante notar que o próprio Da Ros não faz menção, em nenhum de seus dois artigos, a qualquer referência bibliográfica que trace semelhanças ou diferenças entre o STF e a USSC, o que corrobora a conclusão de que existe uma carência de estudos nesse sentido.

2. USSC: REVISÃO DE LITERATURA

Passando à segunda etapa do levantamento, tivemos de enfrentar o segundo obstáculo de pesquisa: a delimitação do recorte de busca quanto aos trabalhos sobre a *USSC*. Devido ao grande número de trabalhos, tivemos de pensar numa maneira de limitar o levantamento, de modo a abarcar apenas trabalhos que tocam, ainda que tangencialmente, as disciplinas das ciências sociais⁴⁶⁵, o que importou em privilegiar estudos empíricos.

Boa parte dos trabalhos referidos aqui foi localizada por meio de busca simples no site da *Amazon*⁴⁶⁶; outra parte foi encontrada através de busca no portal “periódicos *CAPES*”⁴⁶⁷. Assim, este levantamento contém tanto livros quanto artigos científicos.

Já nas buscas preliminares, antes mesmo de se estabelecer os critérios de investigação, percebemos uma enormidade de trabalhos que tratam do *decision-making* dos *justices* da *USSC*. Este é, muito provavelmente, ao menos no campo das pesquisas sobre *USSC* nas ciências sociais, o tema para o qual exista mais bibliografia nos EUA.

Esses trabalhos, no entanto, não são todos convergentes. De modo geral, podemos identificar duas abordagens diferentes: a atitudinal e a estratégica⁴⁶⁸.

A primeira abordagem trata as instituições como nada mais do que um

⁴⁶⁵ Mesmo tendo estabelecido critérios de busca, nosso levantamento só começou a tomar forma depois de conversarmos com Luciano Da Ros, Doutorando em Ciência Política pela University of Illinois at Chicago (EUA), a quem aproveitamos a oportunidade para agradecer publicamente pela valiosa ajuda.

⁴⁶⁶ <http://www.amazon.com/>

⁴⁶⁷ <http://www.periodicos.capes.gov.br>

⁴⁶⁸ Em inglês, *attitudinal model* e *rational choice model*.

conjunto de indivíduos que não abandonam suas preferências políticas pessoais. Dessa forma, as decisões tomadas pela Suprema Corte refletiriam as posturas ou as visões de mundo dos juízes.

Com base no modelo atitudinal, podemos citar o trabalho de Segal e Spaeth (1993). Fazendo uso da *Supreme Court Judicial Data Base*, compilada pelo professor Spaeth, os autores investigam todos os estágios dos processos de tomada de decisão da Suprema Corte, da seleção dos casos à resolução do mérito, passando pela formação de opiniões. Por meio desse estudo, eles tentam explicar e prever comportamentos dos juízes com maior precisão. Eles ainda incluem um modelo para compreender o impacto das decisões judiciais e o lugar da corte no sistema político americano.

A segunda abordagem procura concentrar sua atenção nas características distintivas da Suprema Corte enquanto instituição, sua relação com as demais instituições no sistema político e como tudo isso pode modelar os valores e as posturas dos juízes.

Usando esse modelo, Epstein e Knight (1997) criticam os cientistas políticos que entendem o resultado da decisão como decorrente das preferências políticas de seus tomadores. Neste estudo, os autores alegam que o modelo atitudinal é muito simplista e ignora o fato básico de que os juízes devem reunir um total de cinco votos para aprovar a sua política. Este fato, segundo eles, requer que os juízes engajem-se em interações estratégicas que levem em conta as escolhas dos outros e o contexto institucional. Assim, eles partem de três ideias diferentes: as ações dos juízes são dirigidas a alcançar alguma política; os juízes são “estrategistas”, e as interações dos juízes são modeladas também pela estrutura da instituição. Epstein e Knight testam sua afirmação através do exame dos documentos de vários juízes da *Burger Court*⁴⁶⁹. Suas descobertas tendem a apoiar a visão estratégica do comportamento judicial.

Ainda sob esta abordagem, destaca-se o trabalho pioneiro de George e Epstein (1992), no qual, utilizando os casos da Suprema Corte desde 1972, envolvendo a imposição da pena de morte, os autores estimam e avaliam o sucesso dos modelos legal e atitudinal em explicar os resultados das decisões judiciais. Diante dos pontos fracos, os autores testam um modelo que considera ambos os modelos como dependentes, não exclusivos. Esse modelo contempla tanto uma série de forças políticas e institucionais, quanto às limitações legais.

Partindo desse modelo, uma série de trabalhos foi escrita. Podemos citar o artigo de Epstein e Walker (1996), que analisa o processo de tomada de decisão nos casos de discriminação sexual julgados pela Suprema Corte, o estudo Epstein, Knight e Martin (2001), que revisita o texto clássico de Dahl (1957) a respeito do papel da Suprema Corte como autor de políticas públicas

⁴⁶⁹ Período compreendido entre 1969 e 1986, quando a USSC era presidida pelo *Chief Justice* Burger.

nacionais, além do livro de Hammond, Bonneau e Sheehan (2005), que faz uma análise da expectativa de um comportamento estratégico-racional de cada *justice* no decorrer dos estágios do processo de tomada de decisão na Suprema Corte.

Com a crescente publicação de trabalhos sob a abordagem estratégica, cientistas políticos cujos estudos tomavam como base o modelo atitudinal passam a revisar suas teses. Na edição revisitada, Segal e Spaeth (2002) procuram assimilar as críticas feitas pela abordagem estratégica, sobretudo a que considera sua análise fundamentada apenas em evidências não científicas.

Embora não tenham como objeto os juízes, existem nos EUA alguns trabalhos que procuram entender as dinâmicas da Suprema Corte a partir da análise do trabalho dos seus assessores. Em seu livro, Peppers (2006) discute o papel do assessores dos *justices* ao longo da história institucional da USSC. No texto, o autor mostra, por exemplo, quando estes assessores passaram a desempenhar determinadas funções e como eles são selecionados. O livro contém cerca de 50 entrevistas com antigos assessores da Suprema Corte Americana, que contam seu cotidiano enquanto funcionários da mais alta corte judiciária dos EUA.

No mesmo sentido, Ward e Weiden (2007) debatem alguns temas relacionados aos assessores da USSC: sua seleção, seu papel fundamental na análise de determinadas petições, sua função enquanto construtores de coalizões entre as câmaras, e finalmente, sua importância quando da elaboração dos pareceres. Para tanto, os autores conduziram entrevistas extensivas e submeteram um questionário a 600 antigos assessores da USSC, escolhidos aleatoriamente.

Fruto desse interesse, Peppers e Ward (2012) organizaram um livro com uma série de ensaios novos ou não publicados sobre os assessores de alguns dos principais *justices* da história da USSC. Para eles, essa coletânea busca suprir a falta de descrições densas e de narrativas que se aprofundem no estudo da instituição e de seus atores.

Outro tema para o qual existe uma literatura extensa nos EUA diz respeito ao processo de seleção dos *justices* da USSC⁴⁷⁰. Davis (2006) faz uma análise de como grupos sociais (ex: mídia e opinião pública), diferentes daqueles previstos na Constituição, exercem pressão sobre o processo de nomeação de *justices* da Suprema Corte. Na obra, o autor faz uma análise do processo de seleção como um todo e como atores não-políticos afetam o resultado desse processo. Diante disso, Davis propõe uma reforma deste processo.

⁴⁷⁰ De certa forma, esses estudos dialogam com primeiros porquanto também trabalham com a temática do *decision-making*. A diferença fundamental é que nestes analisa-se o processo de tomada de decisão dos membros do legislativo e do executivo, enquanto que naqueles, o foco é colocado nos membros do judiciário.

Em resposta aos críticos do atual modelo de nomeação dos *justices*, Comiskey (2004) publicou um estudo tentando demonstrar como o modelo atual funciona perfeitamente. Para ele, a participação de agente externos, diferentes daqueles previstos constitucionalmente, como a mídia, em nada atrapalha o processo, visto que obriga os senadores a cumprir efetivamente seu direito e dever: fazer uma análise minuciosa de cada nome indicado pelo Presidente. Segundo o autor, a cobertura feita pela mídia nas deliberações do Senado tornou todo esse processo ainda mais minucioso. Além disso, nenhum presidente recente conseguiu, de fato, exercer excessiva influência estritamente política que fizesse a Suprema Corte se tornar extremamente politizada. Para confirmar sua hipótese, o autor apresenta um *survey*, com mais de 300 acadêmicos das áreas de constitucional e política, que conclui pela qualidade dos *justices* nomeados.

Ainda sobre o tema, Abraham (1999) tenta revelar como cada um dos cento e oito *justices* foram escolhidos, como seus nomes foram recebidos e se estas indicações atendem as expectativas das pessoas em geral. Nesta obra, é analisada a relação entre os *justices*, o presidente e os senadores. Procurando focar-se mais na fase de seleção do nome pelo Presidente, Yalof (2001), por meio de documentos dos presidentes e entrevistas com figuras políticas importantes, analisa os critérios de seleção utilizados pelos presidentes, a lista de nomes escolhida por eles, suas estratégias e as pressões políticas que por ventura venham a existir.

A última temática analisada é a que faz referência às biografias dos *justices*. Uma infinidade de obras biográficas individuais, sejam elas escritas pelos próprios *justices* ou por terceiros, pode ser encontrada⁴⁷¹. Essa riqueza de trabalhos pode ser explicada pelo fato de existir o hábito desses juízes, uma vez aposentados, doarem todos os seus escritos, mesmo aqueles de caráter pessoal, para os arquivos de bibliotecas, geralmente para a do Congresso em Washington, fazendo com que o material fique aberto ao público. Todo esse material, então, passa a ser utilizado por jornalistas, cientistas políticos e historiadores para desenvolverem seus trabalhos⁴⁷².

Além das obras individuais, existe uma vasta produção de biografias coletivas, as quais se não se concentram num único *justice*. Neste sentido, destacamos os livros de Urofsky (2006), Hall (2001), enciclopédias biográficas que narram as experiências vividas pelos *justices* e analisam suas filosofias legais. Embora se concentrem nas informações biográficas, esses trabalhos também fazem uma análise das contribuições legais e das decisões mais importantes de cada *justice*.

⁴⁷¹ Numa busca rápida pelo site da Amazon, encontramos biografias como as de O'Connor (2003), Greenhouse (2005) e Gronlund (2010).

⁴⁷² Essa cultura institucional nos foi informada por Luciano Da Ros.

3. ESTADO DA ARTE

Como temos percebido ao longo da pesquisa, não faltam trabalhos sobre a Suprema Corte na literatura norte-americana. Se por um lado essa imensidão é instigadora e animadora, por outro, acaba tornando-se um empecilho para quem tenta construir uma revisão bibliográfica razoável sobre o tema.

De maneira geral, nosso levantamento mostra que existe uma variedade de pesquisadores trabalhando com temas relacionados à Suprema Corte Americana, sob as mais variadas abordagens. Como vimos, os estudos sobre *decision-making* formam, muito provavelmente, a parcela mais fértil dentre todas elas. Não faltam artigos científicos, tampouco livros sobre o assunto. A existência de um debate interno à essa temática, qual seja, entre os modelos atitudinal e estratégico, nos fornece uma imagem de sua dimensão. Relacionados a esse tema, temos também uma abundância de estudos tratando dos processos de nomeação e de escolha dos *justices*.

Se nessa primeira temática existe uma preponderância de trabalhos da ciência política, no campo dos trabalhos históricos, destacamos as biografias dos *justices*, produtos de uma prática americana institucionalizada de armazenar e disponibilizar todo o material escrito por eles ao longo de sua trajetória.

Por fim, embora encontrados de maneira mais dispersa e pontual, notamos a existência de estudos interessados em compreender a Suprema Corte não a partir dos *justices*, mas levando em conta a visão de seus assessores. Esses estudos, de certa maneira, parecem ser uma ponte entre as duas temáticas anteriores, isto é, entre os trabalhos empíricos e os biográficos.

CONCLUSÃO

O objetivo fundamental deste artigo era levantar o que se tem produzido a respeito da USSC nos Estados Unidos, no campo das ciências sociais, além de procurar identificar possíveis trabalhos que tenham realizado algum tipo de comparação entre a corte americana e o STF. Se em relação à bibliografia sobre a USSC conseguimos identificar, dentre uma abundância de pesquisas, algumas das principais tendências da produção científica, o mesmo não aconteceu quanto às análises comparadas. Com exceção dos dois estudos de Da Ros, não encontramos, nas bases de dados pesquisadas, qualquer trabalho acadêmico, nas ciências sociais, que construa uma comparação entre as mais altas cortes judiciárias dos Estados Unidos e do Brasil.

Dentro do contexto do projeto “O Supremo por seus Ministros: a História Oral do STF nos 25 anos de Constituição (1988-2013)”, a produção deste levantamento é fundamental, pois nos ajuda a pensar os rumos da preparação das

entrevistas. Se questões como o *decision-making* e os processos de nomeação são importantes para a academia norte-americana, não há como desconsiderá-las ao longo da produção das perguntas a serem feitas nas entrevistas.

Esta contribuição, ademais, constitui uma via de mão-dupla, porquanto o uso do método-fonte-técnica da história oral tem como objetivo mais primário, a criação de um banco de dados com os depoimentos orais dos entrevistados, no caso, os ministros do STF. Desta forma, esses depoimentos podem ser utilizados para a produção e para o aprimoramento de pesquisas relacionadas às tendências acadêmicas identificadas, além de possibilitar o surgimento de outras variações. Por fim, tal banco de dados constitui uma fonte valiosa de informações sobre o STF e seus ministros, facilitando, portanto, a produção de estudos comparativos entre este e a Suprema Corte.

REFERÊNCIAS

AVIS, Richard. *Electing Justice- Fixing the Supreme Court Nomination Process*. Oxford University Press, 2006.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

COMISKEY, Michael. *Seeking Justices: The Judging Of Supreme Court Nominees*. University Press of Kansas, 2004.

DA ROS, Luciano. Judges in the Formation of the Nation-State: Professional Experiences, Academic Background and Geographic Circulation of Members of the Supreme Courts of Brazil and the United States. In *Brazilian Political Science Review*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 1, 2010.

_____. Juízes Profissionais? Padrões de Carreira dos Integrantes das Supremas Cortes de Brasil (1829-2008) e Estados Unidos (1789-2008). In *Revista Sociologia Política*, Curitiba, vol. 21, n. 41, 2012.

DAHL, Robert A., Decision-Making in a Democracy: The Supreme Court as a National Policy-Maker. In *Journal of Public Law*, vol. 6, 1957.

EPSTEIN, Lee; JACOBI, Tonja. The Strategic Analysis of Judicial Decisions. In *Annual Review of Law and Social* 6:22.1-22.18. 2010.

EPSTEIN, Lee; KNIGHT, Jack. *The Choices Justices Make*. Washington, D.C.: Congressional Quarterly Press. 1997.

EPSTEIN, Lee; WALKER, Thomas G. Positive Political Theory and the Study of U.S. Supreme Court Decision Making: Understanding the Sex Discrimination Cases. In *New York City Law Review* 1 (1): 155-201. 1996.

EPSTEIN, Lee, KNIGHT, Jack; MARTIN, Andrew. The Supreme Court as a Strategic National Policy Maker. In *Emory Law Journal* 50 (2): 583-611. 2001.

EPSTEIN, Lee; SEGAL, Jeffrey A. *Advice and Consent: the politics of judicial appointments*. New York: Oxford University Press, 2005.

GEORGE, Tracey E.; EPSTEIN, Lee. On the Nature of Supreme Court Decision Making. In *American Political Science Review*. 86 (3): 323-337. 1992.

GREENHOUSE, Linda. *Becoming Justice Blackmun: Harry Blackmun's Supreme Court Journey*. New York: Times Book, 2005.

GRONLUND, Mimi Clark. *Supreme Court Justice Tom C. Clark: A Life of Service*. University of Texas Press, 2010.

HALL, Timothy L. *Supreme Court Justices: A Biographical Dictionary*. Facts on File, 2001.

HAMMOND, Thomas; BONNEAU, Chris; SHEEHAN, Reginald. *Strategic Behavior and Policy Choice on the U.S. Supreme Court*. Stanford University Press, 2005.

HENRY, Abraham. *Justices, Presidents and Senators, Revised: A History of the U.S. Supreme Court Appointments from Washington to Clinton*. Rowman & Littlefield Publishers, 1999.

O'CONNOR, Sandra Day. *The Majesty of the Law: Reflections of a Supreme Court Justice*. New York: Random House, 2003.

OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. *Instituições Políticas Brasileiras*. Itatiaia Editora, 1987.

PEPPERS, Todd. *Courtiers of the Marble Palace: The Rise and Influence of the Supreme Court Law Clerk*. Stanford Law and Politics, 2006.

PEPPERS, Todd; WARD, Artemus (Org.). *In Chambers: stories of the Supreme Court law clerks and their Justices*. University of Virginia Press, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

SEGAL, Jeffrey A.; SPAETH, Harold. *The Supreme Court and the Attitudinal Model*. Cambridge University Press, 1993.

_____. *The Supreme Court and the Attitudinal Model Revisited*. Cambridge University Press, 2002.

SEGAL, Jeffrey A.; COVER, Albert. Ideological Values and the Votes of U.S. Supreme Court Justices. In *American Political Science Review*, 83:557-565, 1989.

_____. Ideological Values and the Votes of U.S. Supreme Court Justices Revisited. In *Journal of Politics*, 57: 812-823, 1995

WARD, Artemus; WEIDEN, David. *Sorcerers' Apprentices: 100 Years of Law Clerks at the United States Supreme Court*. NYU Press, 2007.

YALOF, David. *Pursuit of Justices*. The University of Chicago Press, 1999.